



ATOS DO PREFEITO



Município de Itapicuru
Prefeitura Municipal de Itapicuru
Gabinete do Prefeito

DECRETO MUNICIPAL Nº 039, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2024

Dispõe sobre os procedimentos para o encerramento do Exercício Financeiro de 2024 no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPICURU**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, em face das disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações, Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia e o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, e,

CONSIDERANDO a necessidade de harmonizar os procedimentos internos dos setores envolvidos nas rotinas de encerramento do exercício financeiro e na elaboração da Prestação de Contas Anual,

DECRETA:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Para fins de encerramento do exercício financeiro de 2024 e da apresentação da Prestação de Contas Anual do Município de Itapicuru, os órgãos que compõem a Administração Pública Municipal observarão as normas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis legalmente vigentes, bem como as disposições deste Decreto.

Art. 2º. As unidades orçamentárias e administrativas responsáveis pela gestão ou a guarda de bens e valores do Município observarão as datas limites estabelecidas neste Decreto, nos casos indicados.

Art. 3º. Só poderão ser emitidos empenhos até o dia 23 de dezembro de 2024, ressalvados os casos relativos a pessoal, obrigações sociais e tributárias, encargos e amortização da dívida pública, convênios e despesas nas áreas de educação e saúde.

§ 1º. Os Secretários Municipais ficam responsáveis pelo planejamento das despesas de suas respectivas Secretarias de modo a cumprir com a data estabelecida no caput desse artigo.

§ 2º. A Contratação de serviços ou compra de materiais em datas posteriores às estabelecidas neste artigo somente poderão ocorrer mediante deliberação da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças e autorização do prefeito do município.

Art. 4º. Os documentos comprobatórios de execução da despesa referente ao mês de dezembro, compreendendo notas fiscais, planilhas de medição, etc., devidamente atestados, deverão ser remetidos ao Setor de Contabilidade, impreterivelmente, até o dia 23 de dezembro de 2024 para processamento da liquidação da despesa nos termos estabelecidos no art. 63 da Lei nº 4.320/64.



Município de Itapicuru
Prefeitura Municipal de Itapicuru
Gabinete do Prefeito

Parágrafo Único. Fica a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças desobrigada de aceitar quaisquer documentos entregues após a data prevista neste artigo, exceto nos casos ressalvados no art. 3º, ou expressamente autorizados pelo prefeito do município.

Art. 5º. As despesas empenhadas e consideradas insubsistentes deverão ser anuladas até 31 de dezembro de 2024.

Parágrafo Único. Serão considerados insubsistentes os empenhos emitidos e cujos serviços não foram prestados ou os materiais entregues até o encerramento do exercício, excetuando-se os casos relacionados à aplicação de recursos vinculados a convênios e outras fontes específicas e que não tenham sido objeto de programação no orçamento do exercício subsequente.

Art. 6º. Os responsáveis por adiantamentos, sob pena de responsabilidade, na forma da lei, independente do prazo de aplicação previsto no ato da concessão, deverão apresentar as respectivas comprovações até o dia 31 de dezembro de 2024, data em que, também deverão recolher os saldos remanescentes porventura existentes, conforme indicação da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças.

Parágrafo Único. A Controladoria Municipal deverá notificar os servidores que descumprirem com o disposto no caput deste artigo e encaminhar relatório ao Setor de Contabilidade para os devidos registros.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, para fins de encerramento do exercício financeiro, deve adotar os procedimentos típicos de análise, conciliação e ajuste das contas que afetam os resultados financeiro, econômico e patrimonial do Município, bem como daqueles cujos saldos serão transferidos para o exercício subsequente.

APURAÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS

Art. 8º. Quanto aos empenhos emitidos e não pagos ou aos seus respectivos saldos, deve-se observar o seguinte:

I – Se considerados insubsistentes, devem ser anulados até o dia 31 de dezembro de 2024;

II – Se subsistentes, serão objeto de inscrição em Restos a Pagar.

Parágrafo Único. Entende-se como subsistente os empenhos emitidos de acordo com a legislação vigente e cujas despesas foram efetivamente realizadas, ou seja, os serviços prestados e/ou materiais entregues.

RESTOS A PAGAR



Município de Itapicuru
Prefeitura Municipal de Itapicuru
Gabinete do Prefeito

Art. 9º. As despesas empenhadas serão inscritas em Restos a Pagar, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Art. 10. Os empenhos de despesas não processadas somente serão inscritos em Restos a Pagar se representarem despesas efetivamente incorridas dentro do próprio exercício financeiro, quando estiver pendente o cumprimento de alguma formalidade exigida em lei.

Parágrafo Único. Exceção-se da regra estabelecida no caput deste artigo a inscrição de restos a pagar não processado dos empenhos relacionados à aplicação de recursos vinculados a convênios e outras fontes específicas e que não tenham sido objeto de programação no orçamento do exercício subsequente.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças e a Controladoria Municipal deverão proceder até 31 de dezembro de 2024 à verificação e depuração das despesas a serem inscritas em Restos a Pagar.

Art. 12. As despesas relativas ao exercício de 2023 e anteriores, inscritas em “Restos a Pagar Não Processados” e não pagas até 30 de dezembro de 2024, serão canceladas nessa data, assegurando-se aos credores o possível direito do respectivo recebimento, mediante empenho na rubrica “Despesas de Exercícios Anteriores”, respeitadas as características do processo original.

CONCILIAÇÃO E AJUSTES DAS CONTAS FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS

Art. 13. As contas movimentadas em instituição bancária devem ter seus saldos devidamente reconciliados pelo Setor de Contabilidade, que as manterá a disposição do órgão de controle interno e as encaminhará ao órgão de controle externo, devidamente comprovadas por extratos originais fornecidos pela agência bancária.

Parágrafo Único. As conciliações de todas as contas correntes bancárias devem ser realizadas diariamente pela Tesouraria, durante o mês de dezembro, devendo ser adotadas medidas efetivas para investigação e regularização de eventuais pendências existentes.

Art. 14. O Saldo contábil das contas bancárias inerentes aos fundos municipais passará automaticamente para o exercício seguinte.

Art. 15. O Setor de Contabilidade deverá regularizar as contas de valores pendentes, devedoras e credoras, a fim de que as mesmas não apresentem saldo no encerramento do exercício.

INFORMAÇÕES E PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO



Município de Itapicuru
Prefeitura Municipal de Itapicuru
Gabinete do Prefeito

Art. 16. A Secretaria Municipal de Administração deverá encaminhar a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, até o dia 31 de janeiro de 2025:

I - relação analítica do inventário de bens móveis e imóveis pertencentes ao Município, em 31.12.2024, indicando a alocação dos bens e números dos respectivos tombamentos, acompanhado por certidão firmada pelo Prefeito, Secretário de Planejamento e Finanças e pelo encarregado do controle do patrimônio, atestando que todos os bens do município (ativo permanente) encontram-se registrados no livro tomo e submetidos a controle apropriado.

II - relação analítica do inventário dos materiais existente em almoxarifado na data de 31.12.2024.

III - quadro resumo da movimentação ocorrida durante o exercício financeiro, especificando o saldo anterior, entradas, baixas e saldo final.

Parágrafo Único. Na ocorrência de entradas de bens por doação estas também devem ser encaminhadas.

Art. 17. A Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, em conjunto com Procuradoria Geral do Município, deverá emitir, até dia 31 de janeiro de 2025.

I - relatório Analítica Dívida Ativa Tributária e não Tributária, demonstrando os créditos do Município existentes em 31 de dezembro de 2024, discriminados por contribuinte e atualizados monetariamente com segregação do valor original, atualização monetária, multas e juros;

II - cópia do registro da última inscrição da Dívida Ativa no exercício de 2024;

III - demonstrativo dos processos em cobrança administrativa e judicial, evidenciando a quantidade de processos e o montante dos valores cobrados, fazendo acompanhar, no caso dos processos em cobrança judicial, de certidão firmada pelo Fórum ou documento similar que comprove a tramitação processual.

IV - relação dos precatórios existentes em 31.12.2024, por ordem cronológica de inscrição, com os saldos devidamente atualizados e comprovados por certidão ou documento similar, expedido pelos órgãos do Poder Judiciário.

V - processos de cancelamento de créditos inscritos na dívida ativa, decorrentes de prescrição, anistia, cancelamento, etc.

VI - processos de cancelamento de dívidas passivas.

VII - certidões ou extratos fornecidos pelos credores da dívida fundada, atestando o saldo da dívida em 31 de dezembro de 2024.

VIII - relatório demonstrando os resultados alcançados e das medidas adotadas de acordo com art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 18. A Secretaria Municipal de Saúde deverá encaminhar a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças e a Controladoria Municipal, até dia 31 de janeiro de 2025.



Município de Itapicuru
Prefeitura Municipal de Itapicuru
Gabinete do Prefeito

I - Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde

II - Relatório de Gestão

III - Parecer do Conselho Municipal de Saúde, acompanhado da resolução do CMS, devidamente publicado.

Art. 19. A Secretaria Municipal de Educação, deverá encaminhar a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças e a Controladoria Municipal, até dia 31 de janeiro de 2025 o parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB relativo as contas analisadas no exercício financeiro de 2024.

Art. 20. Todas as Secretarias Municipais deverão encaminhar, impreterivelmente, até o dia 31 de janeiro de 2025, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no exercício financeiro de 2024, demonstrando as metas físicas e financeiras realizadas e não realizadas, apresentando as devidas justificativas para as não realizadas.

Art. 21. O Setor de Contabilidade consolidará a Prestação de Contas Anual até a data de 28 de fevereiro de 2025, devendo nela constar todos os elementos requeridos pelas Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, com destaque para a Resolução TCM nº 1060/05 e suas alterações.

Parágrafo primeiro. Na ausência de quaisquer documentos, relatórios ou demonstrativos, o Departamento de Contabilidade dará imediata ciência a Secretário Municipal de Planejamento e Finanças e a Controladora Municipal, devendo estes adotarem as medidas cabíveis, inclusive, comunicar a prefeito do município.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. A Secretaria de Planejamento e Finanças deverá realizar os ajustes inerentes ou necessários ao encerramento do exercício financeiro, ficando autorizada a fixar prazos, orientar e adotar as medidas necessárias ao cumprimento deste Decreto, no âmbito de sua competência.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Itapicuru/BA, 4 de dezembro de 2024.

JOSÉ MOREIRA DE CARVALHO NETO
Prefeito